

Notas sobre a supervisão psicanalítica*

Luiz Carlos Menezes

A prática da supervisão situa-se na fronteira
entre o singular e o universal, entre
o devaneio associativo e o discurso articulado.

Quando um analista fala, o que diz poderá ter um efeito favorável para a análise do paciente, produzindo uma abertura associativa inesperada, um insight, a percepção de um movimento transferencial particularmente vivo no momento de interpretação. O efeito de análise de uma interpretação, no entanto, não reside sempre no conteúdo principal do que pretende dizer o analista, mas pode resultar de alguma expressão ou palavra acessória, dita à revelia de sua intenção e de sua atenção. Ou seja, o paciente nem sempre ouve aquilo que o analista quer que ele ouça. A análise que está se passando do lado do paciente não coincide inteiramente com o que pensa dela o analista. Há, por assim dizer, duas versões simultâneas, paralelas, da análise do analisando, uma do lado deste, outra do lado do analista; apresentam pontos de intersecção, de tangenciamento, de interpretação, mas não se superpõem.

Quando ocorre de o analisando retomar com fidelidade o que lhe disse o analista, imobilizando-se ali num esforço de auto-persuasão, vejo nisto uma expressão de resistência. Na coincidência fixa entre o que diz o analista e o que diz o analisando, não há análise, mas resistência à análise, resistência a dois. Resistência a dois que pode bem tornar-se resistência a três se no circuito for incluído mais um analista que, na condição de supervisor, sinta-se imbuído do dever de explicar ao seu colega tudo o que está de fato se passando na análise do paciente.

Luiz Carlos Menezes — psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

(*) Comunicação apresentada no painel sobre "Supervisão", promovido pela Livraria Pulsional, em junho de 1988.

O imbroglío não se simplificaria, no caso de o analista-supervisor ser, além disso, membro do comitê de formação de um instituto ao qual tivesse que dar conta do trabalho realizado com (e pelo) colega. Controle do comitê sobre o didata, do didata sobre o supervisor, do supervisando sobre o paciente: estes sucessivos controles carregam consigo a miragem de um domínio possível, de uma domesticação racional ou racionalizante do objeto da prática psicanalítica. Ora, o objeto da psicanálise é fugidio em sua natureza, assim como é radicalmente singular qualquer ato analítico.

A supervisão assume dimensão pedagógica quando se vê a psicanálise como saber acabado

A prática da supervisão situa-se na fronteira entre a atividade analítica e as teorias que a instituem e que lhe fornecem um substrato conceptual; situa-se na fronteira entre o singular e o universal, entre o devaneio associativo e o discurso articulado. E é necessário que permaneça nesta fronteira, como “momento de prática teórico-clínica em statu nascendi” (Valabrega). O sempiterno contencioso sobre a “cientificidade” da Psicanálise não encobre apenas um inocente desejo de respeitabilidade, nem somente uma busca de reassseguramento (um saber científico é suposto ser um saber seguro), mas tem tam-

bém implicações nas relações de poder entre analistas, nos seus clãs, grupos e associações. Resta saber se na ciência o que se está buscando é a humildade do cientista, que se deixa refutar por cada um de seus experimentos (ou pelo experimento do colega), ou a certeza arrogante de uma certa ideologia científica?

Supervisor x Professor

É a partir de uma maneira de ver a psicanálise como saber acabado, que se introduz na supervisão a dimensão pedagógica tão cara à Anna Freud, na análise de crianças. Ora, um supervisor não é um professor. O professor se propõe a comunicar ao aluno um conjunto bem definido de conhecimento, recorrendo a técnicas e artifícios didáticos; o analista em posição de escuta de outro analista terá que proceder a uma certa suspensão, ao menos provisória, de seus conhecimentos, entregando-se a uma atividade associativa e elaborativa em sintonia com o que está sendo dito; nesta escuta, como numa sessão de análise, poderá permanecer muito tempo ouvindo nas brumas, até que as idéias comecem a brotar, ocasionais, hesitantes, ao longo do diálogo com o analista em supervisão. Quando a “clarificação” que resulta de uma sessão de supervisão, transforma-se em excesso de clareza, de compreensão, este demasiado claro vai funcionar como um corpo estranho parasitando a escuta do analista.

Mas, a certeza suscita adesões, sobretudo entre os psicanalistas que convivem no cotidiano com uma prática, cuja única espessura, é o movimento caprichoso das palavras. Piera Aulagnier tem razão quando afirma que nosso métier submete a duras provas o nosso narcisismo; creio que ela se refere à incerteza, no dia-a-dia, sobre o sentido das palavras ouvidas ou ditas em sessão. Esta incerteza é a mola que

faz o analista pensar e que alimenta o processo de análise do analista, produzindo aberturas essenciais para a função do analista. Penso, à propósito da incerteza do analista, na noção de Ferenczi, promovida entre nós por Fédida, de um “resto não resolvido” do lado do analista. Para Ferenczi, um “resto não resolvido” (não analisado) é mobilizado no analista no decurso da análise de um dado paciente, e desperta neste, num primeiro tempo, um movimento defensivo, tornando-se indispensável um trabalho de elaboração auto-analítica, para que a análise possa ocorrer ou prosseguir.

A supervisão é uma ocasião privilegiada para suscitar efeitos analíticos.

Trata-se de uma maneira fecunda de pensar a questão da análise da contra-transferência, considerada como um tempo necessário da análise do analista.

A supervisão é, neste sentido, uma ocasião privilegiada para suscitar efeitos analíticos, a partir de pontos contra-transferenciais bloqueadores da escuta. Não se pode ignorar a mobilização transferencial suscitada pela situação de supervisão, ainda que as modalidades do setting e a abstenção do analista-supervisor em dar interpretações reduzam a magnitude dos fenômenos regressivos próprios à situação analítica. Na supervisão, os efeitos

de análise são mediatizados pelo relato clínico.

Ocupar-se do relato clínico como objeto de trabalho não impede a escuta atenta do que se produz na fala do supervisando. Penso em um colega que chegou a uma sessão de supervisão dizendo que queria falar logo, porque “está perigoso”. A palavra perigoso que, neste início, já suscita em mim algumas idéias, vai reaparecer ao longo de seu relato, desdobrando-se em novos contextos significativos (sem que eu intervenha) até que, pela insistência do tema, acabe tomando forma, e se explicitando, num temor do analista diante de certas solicitações atuadas do paciente que poderia voltar a “pô-lo contra a parede”. Este poder de intimidação do paciente, insere-se na trama de sua análise como algo muito significativo. A supervisão possibilitou ao analista reconhecer-se, em sua própria fala, acuado, sem a liberdade interior para pensar, na sessão com o seu paciente. Neste exemplo as hipóteses, as lembranças que emergiram associativamente da memória desta análise ou os elementos de construções que tenhamos produzido, tiveram sem dúvida uma função em situar, em dar sentido ao afeto, restabelecendo a capacidade de escuta do analista, nesta análise.

Com isto, não quero minimizar a importância do apoio e do favorecimento da “atividade de construção” (a expressão é de Fédida), que o analista em supervisão pode encontrar junto ao colega e, do valor disto, para a sua prática e para a sua formação.

Desejo retomar o fio, deixado para trás, da psicanálise como saber acabado, ou como saber constituído e que, na verdade, trata-se de uma certa versão dos “conhecimentos” psicanalíticos, tal que assumidos por um dado analista, que se propõe a ensiná-los, apresentando-se eventualmente como seu porta-voz. Situação esquemática e caricatural que nos leva à situação-tipo da supervisão pedagógica.

Freud, numa conferência aos médicos, citou uma distinção feita por Leonardo da Vinci, para quem a escultura era “per via di levare” e a pintura, “per via di porre”, concluindo, Freud, que a psicanálise era uma terapia que se passava “per via di levare”. O que chamei de supervisão pedagógica se passaria “per via di porre”, porquanto baseada numa concepção modeladora da formação; não “per via di levare”, em que o objetivo seria mais uma mobilização, por meio de palavras novas, reintroduzidas em circuitos antes fechados pela pregnância transferencial.

É desejável
que o supervisor
não se transforme
em duplo
“hipnótico.”

Deixar que a estátua contida na pedra se revele, como na escultura, é dar a possibilidade para um analista em início de formação de, através do processo de supervisão, que em geral se prolonga por alguns anos (tempo de duração de uma análise) — que ele comece a encontrar seus próprios recursos de escuta analítica. Lembro, à propósito, de ter agradecido o paciente acompanhamento que uma analista me ofereceu, durante os anos iniciais de minha prática de psicanálise, dizendo que o maior elogio que poderia fazer-lhe era que, ao final de 4 anos de supervisão, eu não sabia ainda como ela trabalhava.

Redes institucionais

A supervisão, pois, como prática pedagógica, tende a produzir e a alimentar a instituição de pequenos, médios e grandes mestres, dentro de uma associação ou fora dela, resultando na produção bem conhecida de clãs ou de rédes para empregar o termo de Valabrega. Este tem o humor inspirado ao lembrar, para o caso, a acepção epidemiológica da palavra transmissão. De toda maneira, tratam-se de formas coletivas de reassuramento e de resistência à análise: o ato analítico é solitário em sua essência; apóia-se na fragilidade do instante em que ocorre e na decalagem irreduzível que assinala entre a fala de um e a escuta do outro, momento por excelência de ruptura que faz aparecer o que na fala é alteridade. O ato interpretativo intervém, justamente, no momento em que um (se) assimila o outro, para desfazer este efeito “massificante” (hipnótico) da transferência.

Risco de “massificação”

Vale a pena mencionar ainda que a situação de supervisão, pelo simples fato de corresponder à introdução de um terceiro (personificado no supervisor) em relação à análise do analista, permite ao analista em formação interrogar-se de um outro lugar sobre a sua própria análise e, cito Valabrega, “interrogar-se sobre os pontos de contato e de interferência de sua prática com sua análise”. Por isso, é desejável que este terceiro não se transforme em duplo “hipnótico”, levando a supervisões intermináveis e à produção de discípulos, de iguais. Risco de “massificação”, para retomar o termo de Fédida, trágico, pois vem negar o que é visado em uma análise e na formação de um analista: a possibilidade de que uma palavra singular seja a cada vez, de novo, encontrada, nas vacilações do ser que nela advém. ■